

O papel das instituições de ensino superior na formação socioambiental dos futuros profissionais

Maria Francisca de Miranda Adad Salgado (LATEC/UFF) cicitaadad@ig.com.br

Anderson Américo Alves Cantarino (LATEC/UFF) anderson.cantarino@bp.com

Resumo

Este artigo discorre sobre o importante papel das IES no que se refere à oferta de profissionais capacitados e atentos às questões socioambientais. Levando em conta o seu papel de liderança sobre a sociedade, as IES podem contribuir, para a formação de uma sociedade mais justa econômica, social e ambientalmente. Ao se perceber que, se o desenvolvimento econômico e social passa, obrigatoriamente, pelo crescimento do nível educacional, é papel das IES munir o mercado de mão-de-obra especializada capaz de satisfazer às suas necessidades, com vistas a promover um desenvolvimento econômico, socioambiental programado e perene. Este artigo busca oferecer ferramentas que fomentem a discussão destas questões dentro e fora do ambiente acadêmico e alimentar a reflexão sobre o papel das IES na concepção de um novo modelo de sustentabilidade.

Palavras-chave: IES, Desenvolvimento Econômico e Socioambiental, Sustentabilidade.

1. Introdução

A humanidade está envolvida em um novo período histórico marcado por profundas transformações no ambiente social, político, econômico e cultural. Ainda não é possível definir conceitos e modelos para a atual fase da vida da humanidade, mas já se pode fazer uma observação apurada de alguns deles.

Segundo Sousa e Amâncio (2004), a aceleração das atividades econômicas capitalistas resulta em uma ebulição de mudanças que abalam o modelo de conduta imposto aos atores sociais. Trata-se um uma nova conjuntura onde as questões socioambientais alcançam tal dimensão que se torna impossível ignorá-las, não só pela constatação da escassez de recursos, mas também pela percepção da gravidade das questões ligadas à degradação ambiental e ao papel da sociedade, das organizações e dos indivíduos em um quadro social.

Segundo Francini (2002), pela sua abrangência, a Gestão do Conhecimento alcança nas organizações a formação de um conjunto de competências que envolvem também a área ambiental e que, no seu conjunto, permitem que as organizações atinjam vantagens competitivas pela utilização de práticas sociais e ambientais responsáveis.

Senge (2002), reforça que, mantendo-se padrões de comportamento e atitudes “não-responsáveis”, a humanidade se obriga a viver em um mundo insustentável, onde “a infelicidade organizacional é situada em um contexto social mais amplo e (...) os esforços de mudança organizacional são também dirigidos às disfunções de uma cultura maior”. Em relação à crise sócio-ambiental ocidental, Senge chama atenção para a urgência destas questões, que caracteriza o pano de fundo para justificar ações imediatas e urgentes.

Todas estas considerações agem como facilitadores das discussões ambientais, pressionando as empresas à revisão de seus processos produtivos. Esta nova postura, inicialmente impulsionada por interesses meramente econômicos foi, paulatinamente,

afetando a sociedade que passa a exigir, selecionar e privilegiar organizações com comportamento responsável e limpo do ponto de vista sócio-ambiental.

2. Sistemas de gestão ambiental e de responsabilidade social

O processo evolutivo das questões ambientais transformaram-nas em uma preocupação crescente das organizações, o que forçou a mudanças nos sistemas de gestão empresariais e no cenário de competitividade e oportunidades dos negócios, visto que a sociedade evoluiu para a formulação de mecanismo de proteção que tem estimulado as organizações a adotarem e exigirem a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental sólido e estruturado.

A busca de soluções para os problemas socioambientais tem conduzido os gestores a adotar a prática de destinar parte dos recursos das organizações para investimentos que levem a ganhos econômicos mesclados com preocupações ambientais e a buscar a eficiência na implantação de um Sistema de Gestão Socioambiental.

Torna-se de vital importância que o respeito e a responsabilidade sobre estas questões seja absorvida de forma abrangente pelos atores sociais e que seja trabalhado a mudança de valores, comportamentos e atitudes e a conscientização para a responsabilidade de todos sobre a capacidade de sobrevivência da espécie humana e do próprio planeta. Comportamentos não-ambientais precisam ser eliminados sobre uma nova base ética que promova dignidade humana de modo a eliminar os efeitos nocivos que se agravam a cada dia.

Apesar da eficiente combinação de ciência, tecnologia e administração de recursos pelo sistema capitalista, comparar seus resultados econômicos com outros resultados sociais leva a uma revisão que ultrapasse a expectativa simplista de obtenção de lucros.

É a partir desta reflexão que Credidio (2005) chama a atenção para a importância em definir claramente os novos conceitos das questões sociais daí decorrentes. Para ele, a definição de Responsabilidade Social Empresarial precisa ser absorvida corretamente para “tornar a empresa parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social, (...) através do desenvolvimento da capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes e conseguir incorporá-los ao planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos, não apenas dos acionistas e proprietários”. Ao adotar um comportamento que alcance mais que os requisitos impostos legalmente, as organizações voltam-se para o atendimento de expectativas que ultrapassam os resultados econômicos.

A própria sociedade experimenta uma reviravolta em sua maneira de pensar e agir, e exige das organizações compromissos socioambientais incorporados aos negócios. Isso demonstra a crescente preocupação mundial sobre o assunto e o interesse da sociedade em julgar as organizações a que, direta ou indiretamente, se ligam.

Esta nova forma de ver a empresa e seu ambiente continua alcançando sua dimensão econômica, mas a transforma em agente sócio-político e reduz o limite perceptível entre ela e a sociedade a que se liga. Estes grupos têm utilizado sua influência junto aos poderes público e político para pressionar as alterações na legislação vigente em favor de seus interesses.

Por esse motivo, os gestores devem agregar às suas habilidades técnico-administrativas à capacidade de perceber o contexto social e político que envolve o ambiente externo da organização, reconhecendo que sua responsabilidade com a sociedade extrapola a responsabilidade com seus clientes, ajudando-a a resolver problemas sociais de forma a garantir sua sobrevivência a longo prazo levando ao fortalecimento da imagem da organização.

A Responsabilidade Social Corporativa envolve todo um comportamento ético ligado a dimensões sociais das atividades empresariais em um processo de interação em duplo sentido (empresa-sociedade, sociedade-empresa) de tal forma que ações ou decisões de uma influem e interferem nas expectativas e necessidades da outra. Donaire (1999) lembra que “o debate sobre Responsabilidade Social nas organizações tem adeptos e adversários e reflete dimensões éticas e morais que excedem os limites da organização e acabam espelhando o comportamento e os valores da própria sociedade em que esta organização está inserida”.

Esta nova visão constitui-se em uma filosofia de negócios inovadora visto que favorece o desenvolvimento de novos talentos e capacitações voltadas para sua satisfação e para o aparecimento de formadores de opinião que sejam responsáveis pelo que o mesmo autor chama de Conscientização Social, referindo-se à “capacidade da empresa em reagir às expectativas e pressões da sociedade”.

Donaire (1999) diz que para atender a este novo posicionamento de conscientização social é preciso adaptar-se e identificar os mecanismos internos desenvolvidos pelas organizações para lidar com as mudanças ocorridas no ambiente de negócios: percepção, compromisso e ação.

A valorização das questões sociais nas organizações tem influenciado consideravelmente o processo de formação dos novos profissionais, buscando ferramentas que lhes permitam oferecer mecanismos internos à organização que possam adaptar-se rapidamente às alterações ambientais e mesmo antecipar-se às prováveis mudanças que virão, garantindo o sucesso no desempenho empresarial através da flexibilidade, diferenciação e perfeita integração empresa-ambiente.

3. O papel das IES na formação socioambiental dos futuros profissionais

As transformações a que o planeta tem sido exposto nas últimas décadas impõe novas responsabilidades às IES e as convida para um desafio: o de colaborar para uma sociedade baseada em comportamentos social e ambientalmente responsáveis e a melhoria das habilidades, valores e competências humanas para uma efetiva participação nos processos decisórios daqueles que batem à sua porta em busca de novos conhecimentos.

O ambiente nestas Instituições é fértil para iniciativas nesta conquista, pela simples razão de que é seu papel alimentar os debates transformadores da sociedade e formar cidadãos capazes de levar os conhecimentos, habilidades e valores absorvidos ao longo da vida acadêmica para as diversas áreas de atuação, contribuindo para a melhoria das comunidades onde estarão inseridas.

Essa realidade leva a Academia a assumir uma postura voltada para a proteção socioambiental, produzindo conhecimentos nesta área e a tomar parte nas discussões que daí emanam, oferecendo ao mercado cidadãos críticos e capazes de, baseados em conceitos como ética, responsabilidade social e sustentabilidade.

Não há como a Comunidade Acadêmica possa escapar deste papel sob o risco de perder seu vínculo com a produção de conhecimentos e com a formação das lideranças que fortalecerão as transformações impostas pela forma de produção dos mercados globais.

É notório que as IES já se aperceberam desta nova expectativa que a sociedade global lhes impõe. Tem se tornado cenário comum a combinação de forças, não só nas parcerias junto a outras instituições de ensino e pesquisa, mas principalmente, junto às organizações, aos agentes públicos e às mais diversas representatividades sociais de forma a encontrar soluções para problemas emergentes e permitir a análise de impactos contextualizados.

Já está bastante evidente que a parceria entre o ambiente produtivo, responsável por perceber as necessidades e anseios do mercado, e a Comunidade Acadêmica, responsável pela geração de processos tecnológicos inovadores, alimentam, de um lado, o desenvolvimento e, de outro, a pesquisa e a produção técnico-científica.

Torna-se claro a necessidade de um canal aberto entre empresas e comunidade científica de forma a não gerar disparidades entre o que se faz e o que se busca fazer, atendendo as necessidades de ambas as partes para a obtenção de melhores resultados.

Uma vez que a aplicação dos conhecimentos gerados na comunidade técnico-científica levou os agentes de produção a perderem o controle sobre os efeitos de desenvolvimento econômico, as IES tendem a absorver novos objetivos em sua missão tradicional de produzir e disseminar conhecimentos buscando de reduzir comportamentos não sustentáveis, de forma a permitir a formação de uma consciência ecológica.

Desta forma, uma importante contribuição destas instituições estará em definir as causas que favorecem a não aplicação do modelo de sustentabilidade que se propõem a empregar, assegurando que aqueles que a compõem estejam capacitados a assimilar e assumir mudanças próprias do Desenvolvimento Sustentável. Para isso torna-se imprescindível novos comportamentos, valores e atitudes.

Sendo a prática ambiental uma atitude transversal é preciso favorecer ações que permitam às IES pô-las em prática tanto internamente como junto às comunidades a elas vinculadas, de forma a possibilitar que, a aprendizagem das práticas ambientais ocorram através do relacionamento entre o ensino, a pesquisa e a operacionalização das ações propostas.

Essa transformação só será alcançada a partir do momento em que as IES comecem a aplicar, elas mesmas, os princípios e práticas de sustentabilidade que transmitem e exigirá a aplicação de um programa que defina metas de curto, médio e longo prazos. Esse desafio tem como ponto de partida a conscientização ecológica e a capacitação daqueles que a compõem para, possibilitar a formação de ambiente que permita a aplicação de ferramentas orientadas para melhores práticas preocupando-se em, antes de formar cidadãos para o mercado de trabalho, educar-se internamente, sob o risco de perder sua credibilidade frente à sociedade.

A geração e a disseminação de conhecimentos aos discentes, desta forma, serão fortalecidas pela prática ambientalmente responsável dentro da própria Comunidade Científica através da promoção de padrões de produção e consumo internos que tornem a sustentabilidade sua marca e seu diferencial.

Fouto (2002) sugere que o ponto de partida será a realização de um levantamento ambiental para, a partir da caracterização da situação ambiental e do registro sistêmico das informações, integrar o componente ambiental às atividades institucionais. Em um segundo momento, a autora chama a atenção para a busca de solução dos problemas ambientais percebidos, o que possibilitará a definição das ações que serão postas em prática por todos os departamentos, coordenações, setores e parceiros envolvidos. Esse passo levará a definição de um Plano de Ação que definirá as prioridades das atividades desenvolvidas nos vários aspectos socioambientais de forma integrada e com o envolvimento dos que a compõem.

Esse comprometimento só será alcançado através de uma rede de comunicações que permita a disseminação das ações socioambientais implementadas e favoreça romper com as resistências que possam vir a surgir no processo. Esse envolvimento levará a percepção das ações necessárias para a garantia da melhoria contínua do desempenho ambiental,

favorecendo, em um movimento cíclico, o envolvimento de todos e o reconhecimento da sociedade.

Silva (2002) afirma que as IES “tem buscado cumprir sua missão de gerar o saber e lutar pela proteção ambiental, sensibilizando pessoas de todas as classes, em todo o mundo”. O desenvolvimento de tecnologias mais limpas, a diminuição da geração de resíduos, a substituição de insumos tóxicos e a geração de uma nova cultura capaz de aprender, gerar e aperfeiçoar conhecimentos adquiridos tem alimentado a produção de conhecimentos na área ambiental e é a resposta econômica, social e ambiental que a sociedade global espera da produção acadêmica, permitindo às empresas atenderem às necessidades da sociedade de consumo reduzindo sua pegada ecológica através da socialização da produção de conhecimentos, do respeito à relação homem-ambiente e à diversidade de culturas, costumes e características locais próprias.

4. A sustentabilidade e a importância das informações ambientais nas IES

Um Programa de Gestão Ambiental, para ser estruturado com viabilidade e eficiência tem que possuir uma visão de Sustentabilidade como conceito global, olhando as questões sociais e ambientais para além da organização e daqueles que compõem o seletivo grupo de seus stakeholders.

Ao buscar um programa voltado para a sua Sustentabilidade Socioambiental, mesmo que partindo da premissa de resolver os problemas percebidos internamente, as IES, ao permitir a disseminação das informações e das ferramentas ambientais por ela percebidas favorece a formação de uma consciência ambiental crítica e pró-ativa na sociedade, permitindo a formação de um pensamento sistêmico que leve à percepção do mundo como um organismo vivo.

Callenbach *apud* Kraemer (2005) chama a atenção para os benefícios da administração com Consciência Ecológica, quando cita as razões para que o administrador responsável implemente estes princípios: ameaça à sobrevivência humana, consenso entre a sociedade e a comunidade de negócios, oportunidades de negócio em um mercado em rápida expansão, redução de custos em função dos riscos de responsabilização pelos danos ecológicos causados e sentimento de integridade pessoal tanto por parte dos gestores como de seus colaboradores e parceiros.

Para a manutenção de sua característica de produtora de conhecimentos, a expectativa da sociedade para que as IES busquem novas propostas sociais, econômicas e ambientais e contribuam para a formação das lideranças que atendam as necessidades dos mercados globais, têm oportunizado o surgimento de novas propostas redutoras da poluição (reciclagem de materiais, redução do consumo, controle dos resíduos gerados), favorecendo a oferta de profissionais mais capacitados em diversas áreas do conhecimento no esforço de promover no indivíduo o uso da criatividade como ferramenta de trabalho. Nesse processo de mudança de práticas, Almeida (2002) propõe “uma nova maneira de olhar e transformar o mundo, baseada no diálogo entre saberes e conhecimentos diversos”, o que reforça a importância das IES como intermediadora neste processo da organização do conhecimento ambiental como atividades trans e multidisciplinar.

Os indicadores de sustentabilidade, atendendo às exigências sociais, econômicas, ecológicas, espaciais e culturais do meio em que se insere, encontram nas IES a base para sua definição, desenvolvimento e implantação de acordo com suas diferenças e similaridades.

5. As IES como pólo catalisador de informações para o desenvolvimento sustentável e o gerenciamento das questões ambientais internas

Sempre atenta ao contexto regional no qual está inserida, cada IES contribui de forma única para a Sustentabilidade. É neste cenário que encontram um ambiente científico-tecnológico que se consolida no momento em que as empresas passam a viver o conflito da sustentabilidade dos sistemas econômico e natural.

Em função das questões econômico-financeiras no setor educacional brasileiro, considera-se, então, a busca de parcerias com os organismos da sociedade uma promissora solução para o financiamento de pesquisas científicas, facilitando o intercâmbio entre instituições que desenvolvem pesquisas vinculadas a interesses empresariais e órgãos governamentais afins.

A busca de parcerias fortalece a participação das instituições de pesquisa, através de programas de pesquisas socioambientais que busquem inserir as IES na rede de excelência em pesquisa, além de possibilitar uma importante atuação na geração de informações científicas nas diversas áreas de conhecimento. A estruturação de uma rede de pesquisas que integre pesquisadores locais e entidades com interesses regionais, gera um compartilhamento de competências capazes de oferecer possibilidades de expansão econômica e social sustentada e alinhada com as necessidades da sociedade local.

Essa integração permite desenvolver a análise integrada dos dados socioeconômicos e de segurança, meio ambiente e saúde para a elaboração de uma rotina de diagnósticos periódicos como subsídio para a identificação de ações que oportunizem a promoção da melhoria da qualidade de vida das populações e gerar recursos humanos qualificados para trabalhar as questões de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável da região.

No entanto, os Princípios Norteadores destas ações podem e devem ser unificados, de forma a garantir comportamentos e atitudes que levem ao objetivo comum: a formação de lideranças positivas e a mobilização dos recursos, de forma a facilitar a resposta aos desafios ambientais locais, nacionais e internacionais do modelo de desenvolvimento atual.

Fouto (2002) chama a atenção para essa característica quando cita que “na 9ª Mesa Redonda da Associação Internacional das Universidades (IAU), ocorrida em Kyoto (Japão) a 19 de novembro de 1993, cerca de 90 líderes universitários reuniram-se para discutir e adaptar uma declaração de princípios (...) de ação em matéria de desenvolvimento sustentável”. Esses princípios podem ser assim resumidos: fomentar a disseminação de conhecimentos entre as universidades de todo o mundo em relação ao Desenvolvimento Sustentável; disponibilizar recursos das IES para a sensibilização da sociedade em relação à realização de atitudes e práticas não sustentáveis; fortalecer entre os acadêmicos a idéia de que a geração atual é responsável pelo futuro das futuras gerações e pela formação de um mundo mais justo econômica, social e ambientalmente; potencializar a capacitação universitária aos princípios do DS; compartilhamento, tanto no meio acadêmico como com a sociedade em geral, da busca por práticas sustentáveis; levar as IES ser críticas em relação a suas próprias ações no que se refere à sustentabilidade.

Desta forma, para se adequar à Declaração de Kyoto é importante observar características peculiares a cada uma destas instituições, o que lhes concede individualidades nos padrões de consumo e distribuição, aos valores, princípios e à missão institucional, delineando sentidos de responsabilidade, solidariedade e consciência adaptados ao universo local, mas que levem a objetivos comuns. O resultado será percebido via desenvolvimento de novos valores socioambientais, e do envolvimento e comprometimento da comunidade acadêmica, do fortalecimento do senso de responsabilidade individual e coletivo e da instalação de ética que leve ao envolvimento e motivação de todos e à melhoria da imagem

institucional, conduzindo a práticas socioambientais significativas tanto interna como externamente.

Reforçando essa idéia, Fouto (2002) ainda sugere a inclusão de alguns princípios aos sugeridos por Kyoto: compromisso amplamente divulgado da IES com o DS; práticas internas sustentáveis; capacitação ambiental do corpo docente; sensibilização da população envolvida com a prática da sustentabilidade; disseminação do conhecimento gerado dentro e fora dos muros da instituição; incentivo à pesquisa com vistas ao DS de forma interdisciplinar; compromisso de todos os envolvidos com a ética e a responsabilidade social; formação de parcerias com outras IES e com outros setores da sociedade.

Partindo dessas premissas, as IES assumem a Educação como elemento essencial à promoção de valores e passam a contribuir para a capacitação daqueles que a compõem, contribuindo para a formação de tomadores de decisões orientados para agirem de acordo com comportamentos éticos e ambientalmente conscientes num processo continuado de geração de conhecimento, mobilização e integração de todos os que compõem a sociedade acadêmica, beneficiando assim a comunidade a ela ligada direta ou indiretamente.

6. Conclusão

Através do compromisso institucional com a prática ambiental, as IES definem padrões de consumo responsável, oferecendo ferramentas capazes de desenvolver suas atividades de forma responsável.

Essa premissa exige ação interdisciplinar que permita ir além dos conteúdos acadêmicos e das ligações com sua área de, assumindo um comportamento próprio das Sociedades do Conhecimento, convertendo a todos numa imensa equipe com linguagem, comportamentos, atitudes e valores únicos.

Através de uma Rede de Relacionamento bem elaborada, as IES saem de seus limites para colaborar com projetos ambientais, permitindo com a transferência de conhecimentos e de tecnologia num contexto perfeitamente adaptado com a problemática ambiental local..

Para atender a essa contextualização ambiental, Fernandes (2004) mostra a importância da Percepção Ambiental definindo-a como “o ato de perceber o ambiente em que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar de si mesmo”. Assim, cada indivíduo e cada sociedade respondem de forma diferenciada ao seu ambiente. Essas reações variam de acordo com suas expectativas, costumes, valores e percepções, sendo importante ressaltar, que dentro do mesmo contexto social ainda se percebe diferenciações relacionadas ao grupo socioeconômico, à função dos elementos nestes grupos e ao plano social em que se incluem.

Nesta ótica, encontra-se nas IES um ambiente complexo, cabendo ao Programa de Gerenciamento Socioambiental a tarefa de fomentar a harmonia e a boa convivência, através da tomada de consciência dentro dos grupos que a compõem.

Uma análise da Percepção Ambiental permite identificar as assimetrias de informações daí decorrentes, o que se torna importante ferramenta de pré-diagnose na elaboração da gestão socioambiental na instituição, facilitando a inserção de todos e atendendo suas expectativas e necessidades.

Referências

ALMEIDA, F. *O bom negócio da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

CAJAZEIRA, J.E.R. *Responsabilidade social corporativa*. Disponível em <<http://www.idr.org.br/artigos/admin/arquivos/artigo27.php>> Acesso em 15/03/2005.

CREDIDIO, F. *Definindo conceitos e papéis.* Disponível em <<http://www.socialtec.com.br/rsc/artigo27.php>> Acesso em 15 mar 2005.

DONAIRE, D. *Gestão ambiental na empresa.* 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FERNANDES, R.S. et all. *Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental.* Disponível em <http://www.redeceas.esalq.usp.br/noticias/Percepcao_Ambiental.pdf> Acesso em 15/10/2004.

FOUTO, A.R.F. *O papel das universidades rumo ao Desenvolvimento Sustentável: das relações internacionais às práticas ambientais.* Disponível em <http://campus.fct.unl.pt/campusverde/W_RIA_ARFF.doc> Acesso em 15/10/2005.

FRANCINI, W.S. *A gestão do conhecimento: conectando estratégia e valor para a empresa.* RAE-eletrônica - Revista de Administração de Empresas. V.1. n.2. jul-dez/2002. São Paulo: Editora FGV, 2002.

KRAEMER, M.E.P. *Gestão ambiental: um enfoque no desenvolvimento sustentável.* Disponível em <<http://www.gestiopolis.com/canales3/ger/gesamb.htm>> Acesso em 22 mar 2005.

LEIS, H. R. e D'AMATO, I. L. *O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial.* In CAVALCANTI, C. Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995.

SENGE, P.M. *A quinta disciplina.* 11ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

SILVA, V.L. *O futuro das indústrias e o papel da universidade no desenvolvimento sustentável.* Disponível em <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/publicações/futAmaDilOportunidades><acessado em 08/02/2006>

SOUSA, C.R. e AMÂNCIO, R. *A empresa ambientalmente correta: considerações técnicas sobre a imagem construída em torno do reducionismo da questão ambiental.* Disponível em <<http://www.aquiraz.ce.gov.br/social/trabalhosortema.asp>> Acesso em 15 out 2004.